

Orçamento sofre corte de Cr\$ 4,3 trilhões

RAIMUNDO PACCO

O Ministério da Economia foi obrigado a realizar, até agora, um corte da ordem de Cr\$ 4,3 trilhões nas despesas orçamentárias deste ano, devido à contestação judicial das empresas ao pagamento do Finsocial. O corte, que atingiu principalmente as áreas sociais do Governo (educação, saúde e ação social), foi determinado pelo Decreto 587, que fez este mês uma revisão do Orçamento deste ano.

O diretor do Departamento de Orçamento da União (DOU), Paulo Fontenele, disse à Agência Brasil que a situação poderá ser revertida caso o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue, em agosto, constitucional a cobrança do Finsocial. Se isto ocorrer, o Governo receberá o pagamento do tributo retroativo a janeiro deste ano e retomará o fluxo da contribuição, além de liberar os depósitos em juízo realizados por muitas empresas.

O Governo contava para 1992 com receita orçamentária de Cr\$

99,4 trilhões (excluída a receita para pagamento da dívida mobiliária). A revisão baixou esse montante para Cr\$ 95,1 trilhões. Com a queda de arrecadação, as principais perdas ocorreram nos orçamentos dos ministérios beneficiados pelas vinculações constitucionais. O Ministério da Saúde foi o mais atingido, deixando de receber Cr\$ 2,5 trilhões, seguido dos ministérios da Ação Social (Cr\$ 1,3 trilhão) e da Educação (Cr\$ 500 bilhões).

O diretor do DOU assinala que, caso a reforma fiscal proposta pelo Governo não seja aprovada pelo Congresso, o Ministério da Economia será obrigado a cortar, no próximo ano, até 22 por cento das despesas ordinárias do Orçamento, relativas aos gastos com custeio, pagamento de pessoal e investimentos. O corte ocorrerá porque o Governo está prevendo, para 1993, perda de receita da ordem de Cr\$ 3,2 trilhões.